

## DELIBERAÇÃO

**3.1 - FREGUESIA DE NAVIÓ E VITORINO DOS PIÃES – Contrato Interadministrativo para a Delegação de Competências-Limpeza e Recolha de Resíduos – Aprovação.** A Câmara Municipal **deliberou por unanimidade** aprovar o Contrato Interadministrativo para a Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Navió e Vitorino dos Piães – Limpeza e Recolha de Resíduos nos lugares de Airão da Freguesia de Poiares e Ínsua e Facho da Freguesia de Navió e Vitorino dos Piães. Mais **deliberou por unanimidade** submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea k) do número 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Reunião de Câmara Municipal de 04 de janeiro de 2018.**

**A CHEFE DE DIVISÃO/DAF,**



**Sofia Velho/Dra.**

Parecer:

Despacho:

*Do Senhor Presidente Elvira*  
*à Reunião de Câmara 19.12.17*  
*12.*

DATA: 19/12/2017	DE:
NIPG:	PARA: Senhor Presidente Eng.º Victor Mendes CC:
REGISTO (DOC.):	ASSUNTO: Contrato Interadministrativo para a Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Navió e Vitorino dos Piães - Limpeza e Recolha de Resíduos

Informação:

Tendo em conta o disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

Decorre do regime jurídico contido no mencionado diploma que a delegação de competências se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade;

Os contratos interadministrativos podem ser celebrados no âmbito da delegação de competências dos municípios nas freguesias;

Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias, considerando a contextualização da situação específica e do princípio da subsidiariedade;

A concretização da delegação de competências nas freguesias deve ocorrer nos termos do artigo 131.º da Lei 75º/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

Proponho, conforme minuta em anexo, a realização de um Contrato Interadministrativo para a delegação e exercício de competências para a Junta de Freguesia de Navió e Vitorino dos Piães relativa à "Limpeza e Recolha de Resíduos nos lugares de AIRÃO da freguesia de Poiares e ÍNSUA e FACHO da freguesia de Navió e Vitorino dos Piães". Deverá o Senhor

Presidente propor para aprovação pela Câmara Municipal e submissão à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Deverá a Freguesia de Navió e Vitorino dos Piães submeter o mesmo documento para aprovação por parte da Junta de Freguesia, devendo ser posteriormente aprovado pela respetiva Assembleia de Freguesia.

Ponte de Lima, 19 de dezembro de 2017

À consideração superior,

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE  
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS  
LIMPEZA E RECOLHA DE RESÍDUOS**

Entre o:

**Município de Ponte de Lima**

E

**Junta de Freguesia de Navió e Vitorino dos Piães para a Limpeza e Recolha de Resíduos nos lugares de AIRÃO da freguesia de Poiares e ÍNSUA e FACHO da freguesia de Navió e Vitorino dos Piães**

Considerando que:

- O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.
- Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.

- Nos termos do artigo 120.º do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro<sup>1</sup>, outra forma de concretização de delegação de competências, que não seja através da celebração de contratos interadministrativos, é nula.
- A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos.
- A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo.

Considerando ainda que:

- Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;
- Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

---

<sup>1</sup> Todas as normas mencionadas no presente documento sem indicação expressa do diploma a que pertencem integram esta Lei.

- As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º;
- A alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º impõe à Câmara Municipal de **Ponte de Lima** a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia do concelho contratos de delegação de competências;
- Pelo fato de se tratar de lugares afastados de montanha a Câmara Municipal tem dificuldades de meios técnicos e humanos para dar satisfação às necessidades relativas à limpeza e recolha de resíduos no lugar de Airão da freguesia de Poiares e dos lugares de Ínsua e Facho da freguesia de Navió e Vitorino dos Piães de uma forma eficiente;
- A prestação desta competência integra-se no âmbito dos serviços básico a serem prestados à população, sendo por isso fundamental a sua boa execução e continuidade;
- A Junta de Freguesia tem mostrado disponibilidade e uma maior facilidade, tendo em conta a proximidade, para executar esses serviços, por delegação de competência;

**Assim**, é celebrado o presente contrato interadministrativo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com artigo 131.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre:

O **Município de Ponte de Lima**, com o NIPC 506 811 913, representada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Victor Manuel Alves Mendes, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º, como **Primeiro Outorgante**;

**E**

**A Junta de Freguesia de Navió e Vitorino dos Piães**, com o NIPC 510 833 357, representada pelo seu Presidente Francisco Salgado Cunha no uso das competências previstas, nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/201, como **Segunda Outorgante**;

Que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto do contrato**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Ponte de Lima na Junta de Freguesia de Navió e Vitorino dos Piães para a limpeza e recolha de resíduos no lugar de Airão da freguesia de Poiares e dos lugares de Ínsua e Facho da freguesia de Navió e Vitorino de Piães.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Disposições e cláusulas por que se rege o contrato**

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a)* As cláusulas deste contrato;
- b)* A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a)* O Código dos Contratos Públicos;
- b)* O Código do Procedimento Administrativo.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Prazo do contrato**

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Ponte de Lima, sem prejuízo do disposto na cláusula 7<sup>a</sup>, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro do ano em curso.

## **CAPÍTULO II**

### **(Objeto do contrato)**

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Definição do objeto do contrato**

A Junta de Freguesia de Navió e Vitorino de Piães ficará responsável pela limpeza e recolha de resíduos no lugar de Airão da freguesia de Poiares e dos lugares da Ínsua e Facho da freguesia de Navió e Vitorino dos Piães, com uma periodicidade semanal.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Recursos Financeiros e modo de afetação**

Para a execução dos trabalhos mencionados na cláusula anterior e após verificado o cumprimento desse dever, o Município compromete-se a transferir a verba mensal de **275,00 €**.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

#### **Execução e Avaliação do Contrato**

A execução e avaliação do presente contrato serão feitas, a todo o tempo e de forma contínua, pelos serviços da Primeiro Outorgante que, para o efeito, poderão realizar reuniões conjuntas e periódicas com a Segunda Outorgante, podendo solicitar todas as informações que considerarem pertinentes.



## **Cláusula 7.ª**

### **Modificação do contrato**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

## **Cláusula 8ª**

### **Cessação do Contrato**

1. As partes podem resolver o presente contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. As partes podem revogar o presente contrato por mútuo acordo.
3. O presente contrato considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal, podendo as partes promover a sua denúncia no prazo de seis meses a contar desse facto.

Ponte de Lima, 15 de Dezembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

A Presidente da Junta de Freguesia